

SUMÁRIO

PARTE I DIREITO PÚBLICO

| | |
|---|-----------|
| 1. SOBRE O MINISTÉRIO PÚBLICO: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO SEU REGIME CONSTITUCIONAL E SEU PODER DE INVESTIGAÇÃO EM MATÉRIA CRIMINAL | 23 |
| <i>Clèmerson Merlin Clève</i> | |
| I - REGIME CONSTITUCIONAL | 23 |
| 1. Introdução..... | 23 |
| 2. O Ministério Público no quadro da organização dos Poderes | 24 |
| 3. Os princípios institucionais do Ministério Público..... | 26 |
| 4. Órgãos do Ministério Público..... | 27 |
| 5. As garantias de independência do Ministério Público | 28 |
| 5.1. As garantias institucionais | 28 |
| 5.2. Garantias funcionais do Ministério Público..... | 32 |
| 6. Funções institucionais do Ministério Público..... | 37 |
| II – MINISTÉRIO PÚBLICO E INVESTIGAÇÃO CRIMINAL | 39 |
| 1. Introdução..... | 39 |
| 2. Interpretação constitucional..... | 41 |
| 3. Uma questão de cooperação permanente e compartilhamento eventual..... | 43 |
| 3.1. Investigação e acusação no juizado de instrução..... | 43 |
| 3.2. Investigação e acusação no sistema constitucional brasileiro | 46 |
| 4. Competência constitucional e Ministério Público..... | 49 |
| 5. Autorização constitucional: legitimidade do poder investigatório do Ministério Público | 54 |
| 6. Investigação criminal, Ministério Público e devido processo legal | 56 |
| 7. Conclusão | 59 |
| 8. Referências bibliográficas | 59 |
| 2. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO - LEGITIMIDADE E OBJETO - ANÁLISE DOS SEUS PRINCIPAIS ASPECTOS - LEI Nº 12.016/2009..... | 63 |
| <i>Luiz Manoel Gomes Junior</i> <i>Rogério Favreto</i> | |
| 1. A “nova” Lei do Mandado de Segurança | 63 |
| 2. Mandado de segurança coletivo..... | 65 |
| 3. Legitimidade | 66 |
| 3.1. Partidos políticos | 69 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 3.2. Organização sindical – Entidade de classe ou associação | 75 |
| 3.2.1. Associações – Tempo de constituição | 78 |
| 4. Objeto do mandado de segurança coletivo | 82 |
| 4.1. Direito líquido e certo – Algumas observações..... | 82 |
| 4.2. Direitos difusos | 83 |
| 4.3. Direitos coletivos..... | 85 |
| 4.4. Direitos individuais homogêneos | 86 |
| 5. Conclusões | 88 |
| 6. Bibliografia..... | 88 |
| | |
| 3. A “APOSENTADORIA ESPECIAL” DE AGENTES POLÍTICOS E A VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS E REGRAS CONSTITUCIONAIS | 93 |
| <i>Marcus Paulo Queiroz Macêdo</i> | |
| 1. Introdução..... | 93 |
| 2. Das normas jurídicas (regras e princípios) e da supremacia constitucional | 96 |
| 3. Da ofensa aos direitos fundamentais da proteção ao patrimônio público e à dignidade da pessoa humana pelo estabelecimento, por parte das legislações estaduais e municipais, de aposentadorias e pensões a ex-agentes políticos e seus parentes. | 101 |
| 4. Da ofensa aos princípios e regras constitucionais pelo estabelecimento, por parte das legislações estaduais e municipais, de aposentadorias e pensões a ex-agentes políticos e seus parentes..... | 104 |
| 4.1. Da ofensa aos Princípios constitucionais gerais da seguridade social..... | 104 |
| 4.1.1. Da ofensa ao princípio do seguro social e do caráter contributivo dos benefícios previdenciários..... | 105 |
| 4.1.2. Da ofensa ao princípio da igualdade. | 106 |
| 4.1.3. Da ofensa ao princípio do equilíbrio econômico e atuarial..... | 107 |
| 4.2. Da ofensa aos princípios e regras constitucionais da Administração Pública.... | 108 |
| 4.2.2. Da ofensa aos princípios constitucionais da simetria e do equilíbrio federativo..... | 109 |
| 4.2.3. Da ofensa à regra prevista no art. 40, § 2º, da Constituição da República..... | 109 |
| 4.2.4. Da ofensa à regra prevista no art. 169, § 1º, incisos I e II, da Constituição da República. | 110 |
| 4.2.5. Da ofensa ao princípio da legalidade administrativa..... | 110 |
| 4.2.6. Da ofensa aos princípios da impessoalidade e da moralidade administrativa..... | 110 |
| 5. Do papel do Ministério Público na coibição de aposentadorias e pensões a ex-agentes políticos e seus parentes..... | 112 |
| 6. Conclusões | 114 |
| 7. Referências Bibliográficas | 116 |

4. DIREITO À INFORMAÇÃO NO ÂMBITO DA GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO..... 119

Marcos Paulo de Souza Miranda

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução..... | 119 |
| 2. O princípio da participação comunitária na proteção do patrimônio cultural | 120 |
| 3. O direito fundamental à informação | 122 |
| 4. O direito à informação ambiental cultural | 126 |
| 5. Informação e participação na avaliação de impactos ao patrimônio cultural | 127 |
| 6. O serviço de informação ao cidadão do Iphan..... | 131 |
| 7. Bases de informações sobre bens culturais..... | 133 |
| 7.1. Patrimônio arqueológico | 134 |
| 7.2. Patrimônio espeleológico | 135 |
| 7.3. Patrimônio paleontológico | 136 |
| 7.4. Patrimônio tombado..... | 136 |
| 7.5. Cadastro nacional de negociantes de antiguidades e obras de arte..... | 136 |
| 8. Instrumentos judiciais para proteção do direito à informação..... | 137 |
| 9. Conclusões | 140 |
| 10. Referências bibliográficas | 141 |

5. MINISTÉRIO PÚBLICO E O ENFRENTAMENTO DOS CICLOS DE POBREZA..... 143

Marcos Pereira Anjo Coutinho

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução..... | 143 |
| 2. Pobreza. Concretude normativa do tema..... | 143 |
| 3. Ciclo de pobreza e a atuação do Ministério Público..... | 147 |
| 4. Considerações finais | 151 |
| 5. Referências..... | 152 |

6. LAICIDADE E LIBERDADE RELIGIOSA EM UM CONTEXTO BRASILEIRO DE DIVERSIDADE..... 155

Francielli Morêz Gusso

| | |
|--|-----|
| 1. Notas Introdutórias..... | 155 |
| 2. Conceitos Operacionais Básicos..... | 156 |
| 2.1. Secularização: o Princípio da Separação..... | 156 |
| 2.2. Laicidade: o Princípio da Neutralidade | 159 |
| 2.3. Direitos e Liberdades Fundamentais..... | 163 |
| 3. Laicidade e Liberdade Religiosa no Contexto Jurídico Brasileiro | 171 |
| 3.1. As Liberdades Religiosas sob Perspectiva Conceitual..... | 171 |
| 3.2. As Liberdades Religiosas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988..... | 176 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| 3.3. A Pluralidade Religiosa e suas Imanências Jurídico-sociais no Brasil | 184 |
| 4. À Guisa de Conclusão..... | 197 |
| 5. Referências..... | 199 |

PARTE II DIREITO PENAL

7. AS TENDÊNCIAS DO DIREITO PENAL MODERNO ALEMÃO E SUA “REAL” ADEQUAÇÃO AO DIREITO PENAL BRASILEIRO E AO MINISTÉRIO PÚBLICO

207

Válter Kenji Ishida

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução..... | 207 |
| 2. A superação definitiva do Finalismo na doutrina alemã. | 208 |
| 3. Princípio da insignificância. Sua localização no direito penal alemão..... | 208 |
| 4. A atual ideia do Direito Penal do Inimigo feita pelo próprio <i>Jakobs</i> | 211 |
| 5. A menção da teoria do domínio do fato de Roxin na APn 470 do STF (“Mensalão”) e em outras hipóteses | 213 |
| 6. A teoria do bem jurídico. Um afastamento à teoria constitucional e uma aproximação do direito como última <i>ratio</i> | 217 |
| 7. Conclusões | 219 |
| 8. Referências bibliográficas | 220 |

8. O LUGAR DA ANALOGIA NO DIREITO PENAL

221

Bruno Moura

| | |
|---|-----|
| 1. O problema | 221 |
| 2. O princípio da legalidade criminal e a proibição da analogia | 222 |
| 3. O problema jurídico do cumprimento do princípio | 226 |
| 3.1. O critério textual..... | 227 |
| 3.2. O critério teleológico | 228 |
| 3.3. O critério subjetivo..... | 230 |
| 3.4. O critério do modo de realização | 230 |
| 3.5. O critério dogmático | 231 |
| 4. Valoração e alguns exemplos | 234 |
| 5. Conclusão | 241 |
| 6. Referências bibliográficas | 242 |

PARTE III DIREITO PROCESSUAL PENAL

9. O MINISTÉRIO PÚBLICO COMO GARANTE DA ESSÊNCIA DO PRINCÍPIO ACUSATÓRIO

247

Wagner Marteleto Filho

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução..... | 247 |
| 2. Sistema Acusatório e Sistema Inquisitório: rumo à coisa em si..... | 249 |
| 2.1. Uma breve evolução histórica..... | 249 |
| 2.2. A divisão de tarefas como característica essencial do sistema acusatório | 253 |
| 3. A legislação processual brasileira: velhas e novas tensões com o princípio acusatório | 254 |
| 3.1. Tarefas exclusivas da Acusação: iniciativa da ação penal, limites da acusação e arquivamento do inquérito policial | 255 |
| 3.1.1. <i>Nemo iudex sine actore</i> | 255 |
| 3.1.2. O arquivamento do inquérito policial e o problema do controle da demanda pelo Juiz | 256 |
| 3.1.3. A definição dos limites da acusação: os problemas da <i>mutatio e da emendatio libelli</i> | 257 |
| 3.2. A gestão da prova: ou como o alheamento do juiz é, sim, da essência da imparcialidade..... | 259 |
| 3.3. A necessidade da postulação para o decreto de prisão e de medidas cautelares: o juiz-garante | 262 |
| 4. O Ministério Público como garante da acusatoriedade: novos desafios | 264 |
| 5. Considerações finais | 265 |
| 6. Referências..... | 266 |

10. INVESTIGAÇÃO GENÉTICA: ENTRE POSSIBILIDADES E PERIGOS 269

Wagner Marteleto Filho

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução | 269 |
| 2. Objetivos do processo penal e limites epistêmico-normativos do direito à prova | 271 |
| 3. A investigação genética..... | 273 |
| 3.1. Das origens, métodos e limites da investigação genética..... | 273 |
| 3.2. Um problema de (i)legalidade: a obtenção das amostras e as intervenções corporais coercitivas | 276 |
| 3.3. Uma questão de legitimidade: a observância do princípio da proporcionalidade | 279 |
| 3.3.1. Idoneidade..... | 280 |
| 3.3.2. Necessidade | 281 |
| 3.3.3. Proporcionalidade em sentido estrito | 281 |
| 3.4. Um problema de autenticidade: a preservação da cadeia de custódia | 282 |
| 3.5. Os direitos fundamentais afetados pela investigação genética..... | 283 |
| 3.5.1. O direito à integridade física..... | 283 |
| 3.5.2. O direito à intimidade genética e à autodeterminação informativa | 283 |
| 3.5.3. O direito de não produzir provas contra si mesmo | 284 |
| 3.5.4. Dignidade da pessoa humana..... | 285 |
| 4. Os bancos de dados de DNA: um instrumento legítimo no campo da investigação genética? | 288 |

| | |
|--|-----|
| 4.1. A Lei 12.654 – começando pelo final?..... | 289 |
| 5. Considerações Finais..... | 290 |
| 6. Referências..... | 291 |

11. A CITAÇÃO COMO GARANTIA FUNDAMENTAL DO INDIVÍDUO 295

Nelson Peixoto

| | |
|---|-----|
| 1. Devido processo legal – (breve) evolução histórica e conteúdo..... | 295 |
| 2. Devido processo legal e Estado Democrático de Direito na Constituição Federal de 1988..... | 298 |
| 3. Devido processo penal..... | 299 |
| 4. Contraditório e ampla defesa..... | 300 |
| 5. A citação como garantia individual e constitucional | 302 |
| 6. Contraditório e tratados internacionais..... | 303 |
| 6.1. Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948)..... | 304 |
| 6.2. Pacto Internacional dos Direitos Cíveis e Políticos (1966) | 304 |
| 6.3. Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica - 1969)..... | 305 |
| 7. Conclusão..... | 305 |
| 8. Bibliografia..... | 306 |

12. ALARGAR A PERDA ALARGADA: O PROJECTO FENIX..... 309

Érico Fernando Barin

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução..... | 309 |
| 2. Perda alargada..... | 310 |
| 2.1. A perda de vantagens da criminalidade: “o crime não compensa” | 310 |
| 2.2. Legado histórico do confisco. Perda clássica e perda alargada..... | 312 |
| 2.3. O fomento à recuperação de ativos. Breves considerações sobre dois modernos instrumentos legais: criminalização do enriquecimento ilícito e ação <i>in rem</i> | 315 |
| 2.4. A perda alargada em si: apreciação crítica à luz do sistema português | 320 |
| 3. O Projecto Fenix..... | 327 |
| 3.1. Síntese. Manual de Boas Práticas e Canais Dedicados de Comunicação | 327 |
| 3.2. Dificuldades detectadas relativamente à recuperação de ativos | 327 |
| 3.3. Um objetivo: aumento de volume e valor econômico das decisões de perda mediante a utilização do regime legal da perda alargada | 329 |
| 3.4. Recomendações concernentes ao instrumento da perda alargada..... | 330 |
| 4. Boas práticas e recomendações do projecto fenix quanto à intensificação da perda alargada e sua compatibilidade com o sistema penal português..... | 331 |
| 4.1. Notas preliminares..... | 331 |
| 4.2. Uso de presunções para a qualificação da origem criminosa dos bens/patrimônio do condenado..... | 332 |
| 4.3. Recolocação do agente na sua posição patrimonial anterior ao ilícito típico e admissão de margem de liberdade no cálculo/estimativa do valor a confiscar | 333 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| 4.4. Autonomização dos procedimentos de perda de bens do processo-crime..... | 335 |
| 4.5. Criação de medidas que garantam a eficácia da decisão em relação a terceiros não demandados relacionados com o condenado | 338 |
| 5. Conclusão..... | 339 |
| 6. Bibliografia | 342 |

13. A INDEVIDA SUBMISSÃO AO CONTROLE JUDICIAL DO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL..... 345

Antonio José F. de S. Pêcego

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução..... | 345 |
| 2. Princípio da obrigatoriedade | 346 |
| 2.1. Breves considerações introdutórias | 346 |
| 2.2. O princípio da obrigatoriedade da ação penal | 346 |
| 3. O arquivamento do inquérito policial numa perspectiva atual e futura..... | 348 |
| 4. Considerações finais | 354 |
| 5. Referências..... | 354 |

PARTE IV DIREITO CIVIL

14. A RESPONSABILIDADE CIVIL EM FACE DE DANOS DECORRENTES DE ATOS ORIUNDOS DO PODER JUDICIÁRIO..... 359

Marcus Paulo Queiroz Macêdo

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução..... | 359 |
| 2. Da responsabilidade civil: breve delineamento, tipologia, elementos caracterizadores e hipóteses de exclusão de responsabilidade..... | 359 |
| 3. A responsabilidade civil do Estado no ordenamento jurídico brasileiro: algumas considerações | 361 |
| 4. A responsabilidade civil do Estado por atos jurisdicionais no ordenamento jurídico brasileiro | 363 |
| 5. O regime brasileiro de responsabilização civil do Estado face a atos emanados do Poder Judiciário: hipóteses de responsabilidade objetiva e subjetiva | 370 |
| 6. Do regime de regresso em casos de responsabilização estatal por atos emanados de agentes do Poder Judiciário..... | 373 |
| 7. Conclusões | 373 |
| 8. Referências Bibliográficas | 374 |

15. A BOA-FÉ: NATUREZA JURÍDICA, ORIGEM E SUA APLICAÇÃO NAS FASES PRÉ E PÓS-CONTRATUAL..... 377

Cleverson José Gusso

| | |
|--|-----|
| 1. O princípio da boa-fé contratual..... | 377 |
|--|-----|

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| 2. Panorama Histórico-Evolutivo da Concepção de Boa-Fé | 381 |
| 3. A boa-fé na atualidade jurídica pátria..... | 387 |
| 4. Da eficácia contratual..... | 392 |
| 5. Da fase contratual..... | 393 |
| 6. Eficácia pré-contratual..... | 395 |
| 7. Eficácia pós-contratual..... | 400 |
| 8. Da origem e evolução da eficácia pós-contratual..... | 402 |
| 9. As espécies de eficácia pós-contratual..... | 405 |
| 10. A pós-eficácia no sistema jurídico brasileiro | 407 |
| 11. Considerações finais..... | 409 |
| 12. Referências bibliográficas | 410 |

PARTE V

DIREITO PROCESSUAL CIVIL E PROCESSUAL COLETIVO

16. O DIREITO PROCESSUAL COLETIVO E A PROPOSTA DE REFORMA DO SISTEMA DAS AÇÕES COLETIVAS NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR NO BRASIL..... 415

Gregório Assagra de Almeida

Flávia Vigatti Coelho de Almeida

| | |
|--|-----|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 416 |
| 2. A inserção no Brasil dos direitos e interesses coletivos como direitos fundamentais: uma nova <i>summa divisio</i> constitucionalizada e sua multifuncionalidade no sistema processual..... | 416 |
| 3. O direito processual coletivo como um novo ramo do direito processual brasileiro .. | 425 |
| 3.1. Surgimento como um novo ramo | 425 |
| 3.2. Divisão e objeto material | 426 |
| 3.3. Conceito e natureza jurídica | 427 |
| 3.4. A intensificação da importância dos princípios no Direito Processual Coletivo | 428 |
| 3.5. Princípios processuais específicos do direito processual coletivo comum | 429 |
| 3.6. Regras interpretativas do direito processual coletivo comum | 433 |
| 3.7. Obstáculos relacionados à interpretação e à aplicação do direito processual coletivo comum | 434 |
| 4. As três grandes etapas de reformas legislativas do sistema brasileiro de tutela coletiva..... | 435 |
| 4.1. A Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7.347/1985): um divisor de águas | 435 |
| 4.2. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: a grande mudança de paradigma no sistema brasileiro de tutela coletiva | 436 |
| 4.3. O CDC (Lei nº 8.078/1990) e sua perfeita interação com a LACP (Lei nº 7.347/1985): a criação de um importante microsistema de tutela jurisdicional coletiva comum no Brasil | 437 |

SUMÁRIO

| | | |
|--------|---|-----|
| 5. | A tentativa de codificação do direito processual coletivo brasileiro e o projeto da nova lei da ação civil pública (pl 5.139/2009) | 439 |
| 5.1. | A Proposta de Codificação de Antonio Gidi e a criação de um Código-Modelo de Processos Coletivos para Ibero-América..... | 439 |
| 5.2. | Os movimentos pela codificação do direito processual coletivo brasileiro | 441 |
| 5.3. | Os Anteprojetos de Código de Processos Coletivos para o Brasil..... | 442 |
| 5.4. | Algumas reflexões sobre a codificação do direito processual coletivo brasileiro..... | 443 |
| 5.5. | O Projeto de Lei da Nova Ação Civil Pública (PL nº 5.139/2009)..... | 445 |
| 6. | A proposta atual de reforma do sistema das ações coletivas do código de defesa do consumidor | 447 |
| 6.1. | A criação da Comissão de Juristas no Senado Federal e as justificativas da Proposta Legislativa | 447 |
| 6.2. | As principais diretrizes da Proposta Legislativa para aperfeiçoar a disciplina das ações coletivas no Código de Defesa do Consumidor | 448 |
| 6.2.1. | O aperfeiçoamento da conceituação dos direitos ou interesses individuais homogêneos e a consagração de novas diretrizes e princípios interpretativos para a tutela coletiva | 449 |
| 6.2.2. | As novas diretrizes para a competência nas demandas coletivas | 451 |
| 6.2.3. | Ampliação da legitimidade ativa, disposições sobre a sucumbência e a possibilidade de fixação de compensação financeira para as associações autoras nos processos coletivos..... | 453 |
| 6.2.4. | A criação de um Capítulo especial sobre o Procedimento da Ação Coletiva..... | 454 |
| 6.2.5. | A criação dos Cadrastos Nacionais de Processos Coletivos, Inquéritos Cíveis e Compromissos de Ajustamento de Conduta..... | 463 |
| 6.2.6. | A alteração da redação de dispositivos da Lei da Ação Civil Pública (§5º do art. 5º e art. 16 da Lei nº 7.347/1985) sobre o litisconsórcio e a coisa julgada..... | 464 |
| 6.2.7. | A previsão de revogação de dispositivos do CDC (art. 93) e da Lei nº 9.494/1997 (art. 2º-A) | 465 |
| 6.2.8. | Direito intertemporal na Proposta Legislativa em análise | 465 |
| 7. | Conclusões | 466 |
| 8. | Referências..... | 467 |

17. AS TRÊS AÇÕES COLETIVAS PREVISTAS NA LEI N. 8.429/92: ALGUMAS BREVES ANOTAÇÕES

471

Marcus Paulo Queiroz Macêdo

| | | |
|----|--|-----|
| 1. | Introdução..... | 471 |
| 2. | A proteção ao patrimônio público e à moralidade administrativa como direito fundamental do cidadão brasileiro..... | 472 |
| 3. | Ações coletivas: breve delineamento..... | 473 |
| 4. | Da ação coletiva prevista no art. 16 da Lei n. 8.429/92 | 477 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| 5. Da ação coletiva prevista no art. 17 da Lei n. 8.429/92 | 483 |
| 6. Da ação coletiva prevista no art. 18 da Lei n. 8.429/92 | 492 |
| 7. Conclusões | 501 |
| 8. Referências Bibliográficas | 504 |

18. A TUTELA COLETIVA SOB ENFOQUE FOUCAULTIANO E O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS 507

Aluísio Iunes Monti Ruggeri Ré

| | |
|--|-----|
| 1. A nova e velha ética humanista pós-moderna | 507 |
| 2. A migração foucaultiana dos poderes e a tutela coletiva | 510 |
| 3. A resistência à transição do poder no Brasil..... | 515 |
| 4. O papel das Instituições democráticas. | 517 |
| 5. Conclusão..... | 524 |
| 6. Referências bibliográficas | 524 |

19. O MINISTÉRIO PÚBLICO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: ALGUNS TÓPICOS..... 531

Robson Renault Godinho

| | |
|---|-----|
| 1. Delimitação objetiva do tema | 531 |
| 2. A adaptação processual do Ministério Público à Constituição | 533 |
| 3. O novo CPC e a apatia do Ministério Público no processo legislativo: ausência de avanços fundamentais..... | 534 |
| 4. As normas fundamentais..... | 535 |
| 5. Prazos processuais e intimações | 537 |
| 6. Intervenção como fiscal da ordem jurídica (<i>custos legis</i>)..... | 540 |
| 7. Ministério Público e a necessidade de curador especial..... | 550 |
| 8. Ministério Público como legitimado ativo..... | 552 |
| 9. Suspeição e Impedimento | 554 |
| 10. A responsabilidade do Ministério Público. | 556 |
| 11. A atuação do Ministério Público e o escalonamento da carreira: o mal-estar no princípio da unidade..... | 557 |
| 12. Encerramento | 566 |
| 13. Referências bibliográficas | 567 |

20. A CONSENSUALIDADE NA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA PROMOÇÃO DA RESPONSABILIZAÇÃO POR ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA FRENTE À INDEPENDÊNCIA DOS SISTEMAS PUNITIVOS..... 569

Rodrigo Otávio Mazieiro Wanis

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução..... | 569 |
| 2. Unicidade de condutas e multiplicidade de tipos e de sanções – independência e | |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| comunicabilidade entre as instâncias penal, civil e administrativa | 570 |
| 3. Revisão crítica da atuação do ministério público. necessidade de consenso funcional à luz do princípio da eficiência | 574 |
| 4. Conclusão..... | 581 |
| Referências | 581 |
| Bibliografia utilizada | 582 |

PARTE VI LEGISLAÇÃO ESPECIAL

21. O NOVO CÓDIGO FLORESTAL: UMA AVALIAÇÃO À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E SUA PRINCIPIOLOGIA

Carlos Alberto Valera

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução..... | 587 |
| 2. A questão ambiental – uma necessária digressão histórica | 589 |
| 3. A necessidade de se compreender os conceitos técnicos e científicos das áreas protegidas – áreas de preservação permanente e áreas de reserva legal..... | 592 |
| 4. As modificações legislativas referentes às áreas de preservação permanente e de reserva legal à luz do direito fundamental e seus princípios..... | 602 |
| 5. Da ofensa direta ao texto constitucional..... | 602 |
| 6. Da ofensa aos princípios constitucionais..... | 605 |
| 6.1. Do direito adquirido difuso | 605 |
| 6.2. Das cláusulas pétreas | 606 |
| 6.3. Da eficácia negativa das normas constitucionais..... | 607 |
| 6.4. Da inversão da Teoria Geral do Direito – ato ilícito..... | 607 |
| 6.5. Do princípio da proteção insuficiente..... | 608 |
| 6.6. Autoaplicabilidade dos direitos fundamentais e tratados internacionais..... | 609 |
| 6.7. Da proibição do retrocesso socioambiental | 609 |
| 7. Considerações finais | 611 |
| 8. Referências..... | 611 |

22. A FUNÇÃO PREVENTIVA DO EIA (“ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL”) E O MINISTÉRIO PÚBLICO

Leonardo Barcellos Lopes

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução..... | 615 |
| 2. O objeto da tutela ambiental e o ministério público..... | 617 |
| 3. Avaliação, estudo de impacto ambiental e licenciamento | 620 |
| 4. Aspectos relativos ao procedimento do eia | 624 |
| 5. O licenciamento ambiental | 628 |
| 6. Conclusão..... | 630 |
| 7. Bibliografia | 631 |

23. CRIMES CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: A INTEGRAÇÃO ENTRE OS SISTEMAS JURÍDICOS INFANTOJUVENIL E CRIMINAL 633

Jadir Cirqueira de Souza

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução..... | 633 |
| 2. Aspectos históricos da defesa dos direitos infantojuvenis..... | 634 |
| 3. A defesa administrativa dos direitos juvenis..... | 636 |
| 4. A proteção civil dos direitos da infância e da juventude..... | 638 |
| 5. A proteção penal infantojuvenil..... | 639 |
| 5.1. Das dificuldades vivenciadas nas promotorias de justiça criminal..... | 641 |
| 6. A necessária criação da promotoria de justiça criminal especializada | 645 |
| 7. Conclusão..... | 647 |
| 8. Referências bibliográficas | 648 |

24. OS DEFICIENTES FÍSICOS E O MINISTÉRIO PÚBLICO 651

Mônica Defilippi Hobeika

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução..... | 651 |
| 2. Os deficientes físicos..... | 652 |
| 2.1. Levantamento estatístico feito pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística..... | 652 |
| 2.2. Espécies de deficiência – definições legais. | 653 |
| 3. Os deficientes físicos e a proteção constitucional brasileira..... | 656 |
| 4. Os deficientes físicos e a proteção internacional..... | 660 |
| 4.1. A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência..... | 660 |
| 4.2. Os Tratados Internacionais e sua recepção na Ordem Jurídica Brasileira | 664 |
| 5. Da atuação do Ministério Público | 668 |
| 6. Conclusão..... | 671 |
| 7. Referências Bibliográficas | 672 |